

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.791 - SC (2018/0147015-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE SANTOS DE ALCÂNTARA -
SC019756
JOSÉ ANTONIO BROGLIO ARALDI - SC030425A
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - SC029941
AGRAVADO : RODRIGO ANASIO RICKMANN
AGRAVADO : SULPORTAS MADEIRAS EIRELI - EPP
ADVOGADO : ANNA JACKELLINE HAAS - SC028586
AGRAVADO : INGO LUIZ RICKMANN

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que inadmitiu o recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da incidência das Súmulas 283/STF e 284/STF, tendo em vista que não foram impugnados os fundamentos utilizados pela Câmara julgadora para decidir a questão, quais sejam, preclusão e dupla intimação, com advertência acerca da extinção do feito (por procurador e pessoalmente). (e-STJ fls. 323/325)

Contudo, na espécie, a parte agravante não evidenciou especificamente a

inadequação a tais óbices, limitando-se a sustentar (e-STJ fls. 328/333), de forma genérica, que (a) a decisão recorrida diverge do entendimento já pacificado de outros Tribunais; (b) as razões não estão dissociadas do julgado atacado; (c) as *"referidas súmulas tratam de RECURSO EXTRAORDINÁRIO, o que não se assemelha à situação fática do presente caso, que versa sobre DENEGAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL"* (e-STJ fl. 332); (d) demonstrou claramente que seu direito deveria ser reconhecido.

Saliente-se, nesse passo, que alegações genéricas são insuficientes para a efetiva impugnação da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. COMPETÊNCIA INTERNA ARGUIDA APENAS EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.

3. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

4. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art.

1.029 do do mesmo Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1080703/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 29/08/2018) – g.n.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, C/C ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. É ônus da parte agravante combater especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao recurso especial. Não bastam alegações genéricas quanto à inaplicabilidade dos óbices, sob pena de não conhecimento do recurso.

2. Nos moldes do art. 544, § 4º, I do Código de Processo Civil de 1973, o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 exige do causídico a devida fundamentação dos recursos, tese corroborada pelo art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1110243/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/12/2017)

Observa-se que a alegação apresentada pela parte agravante no sentido de que *"a peça recursal é direta em demonstrar que a controvérsia reside na interpretação do artigo 406 do Código Civil, pelos diversos tribunais pátrios, trazendo, ainda, arestos para sedimentar as teses defendidas"* (e-STJ fl. 331) encontra-se dissociada do contexto dos autos que discutem intimação para aplicação da penalidade de extinção do processo por abandono e não juros moratórios previstos no art. 406 do Código Civil.

Ademais, convém registrar ser descabida a alegação do agravante de que as Súmulas 283/STF e 284/STF teria sua aplicação restrita aos recursos extraordinários, sendo pacífico o entendimento desta Corte Superior quanto à possibilidade de aplicá-las. Neste sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL EM RAZÃO DO NÃO EXAURIMENTO

DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS MONOCRATICAMENTE. INAFASTÁVEL A INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 281 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É perfeitamente possível a aplicação, por analogia, de súmulas do Supremo Tribunal Federal por este Superior Tribunal de Justiça.

Precedentes.

2. Não é admissível recurso especial contra decisão monocrática do relator do Tribunal de origem, porquanto necessário o exaurimento dos recursos ordinários cabíveis, conforme dispõe o enunciado n. 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, o qual se aplica, por analogia, ao recurso especial.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 622.272/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 22/06/2015)

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator